



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR
Hospital São João Batista
C.G.C. 29.063.294/0001-82
Rua: Nossa Sr.ª das Graças, n.º 235, São Geraldo - Tel.: (24)3348-4412
Fax: (24)3342-4030 Volta Redonda-R.J.
E-mail: sah@hsjb.org.br
www.hsjb.org.br

Ref. PA n.º 02.051-00002986/2025

PARECER JURÍDICO

Foram encaminhados estes autos para a análise e parecer desta Assessoria acerca da Impugnação promovida pela empresa **ALRANTECH IMPORTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.**

A impugnante lança seu inconformismo, na peça recursal, em face da habilitação da empresa **IDS MEDICAL IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**, a qual considera que não atendera integralmente às exigências previstas no edital, especialmente quanto à apresentação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais, pedindo a desclassificação da empresa IDS MEDICAL.

Contrarrazões apostas pela empresa IDS, onde refuta os argumentos expendidos pela recorrente e assinala o exato cumprimento ao ato convocatório no tocante às questões contábeis, pugnando pela manutenção de sua habilitação.

É o relatório.

Passo a deliberar.

A impugnação é tempestiva.

Arvora a impugnante que a habilitação da empresa IDS MEDICAL fora ao arrepio do preconizado no ato convocatório, visto que, segundo seu entendimento, ela não atende as exigências editalícias quanto à apresentação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais. Equivoca-se a recorrente.

O Art. 62 da Lei n.º 14.133/2021 traz uma sumária definição sobre a fase de habilitação, explicando o intuito de tal procedimento como aquele que objetiva a conferência por parte da Administração da capacidade do licitante em executar o objeto licitado. O *caput* do referido artigo norteia o administrador na definição das exigências de habilitação a serem impostas aos licitantes, deixando assente que somente pode ser exigida a documentação imprescindível para demonstrar que o licitante reúne as condições mínimas necessárias para executar o objeto licitado.

Esse dispositivo deve ser interpretado em conjunto com o Art. 12, III; o Art. 71, I; o Art. 147, *caput*; e, também, o Art. 169, §3º, I, da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que trata do saneamento de falhas, no que concerne à documentação do licitante, revelando, quando possível, eventuais equívocos ou omissões de caráter meramente formal. O intuito é evitar, como tem sido reiterado na doutrina e na jurisprudência, que questões documentalmentemente insignificantes gerem prejuízo ao Poder público e resultem na desclassificação da melhor proposta.

A legislação destaca que a regularidade fiscal só poderá ser exigida do licitante melhor classificado e limita sua exigência ao momento posterior ao julgamento das propostas, ou seja, essa documentação específica não precisa ser entregue juntamente com os documentos de habilitação. É o que reza o inciso III, do Art. 62.

Neste passo, teríamos, em tese, uma “terceira fase”, sendo que, na primeira, o licitante mais bem classificado apresenta os documentos de habilitação sem a comprovação da regularidade fiscal; na segunda apresenta a proposta comercial; e, na terceira, demonstra sua regularidade fiscal.



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

C.G.C. 29.063.294/0001-82

Rua: Nossa Sr.ª das Graças, n.º 235, São Geraldo - Tel.: (24)3348-4412

Fax: (24)3342-4030 Volta Redonda-R.J.

E-mail: sah@hsjb.org.br

www.hsjb.org.br

Acresce anotar, por oportuno, que a exigência de regularidade fiscal também será averiguada para viabilizar a assinatura do contrato, a teor do Art. 91, §4º, da Lei n.º 14.133/2021.

Neste cenário, sob o aspecto jurídico, não se vislumbra desobediência ao instrumento convocatório, nos moldes propalados pela impugnante.

Por outro lado, o edital no item 9.1 assinala que os documentos previstos no edital serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei n.º 14.133 de 2021; e, no item 9.1.1, infere que a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF. E dele se utilizara a pregoeira, com respaldo no item 9.1.1 do ato convocatório.

Assim, ante o exposto, opinamos, salvo melhor juízo, pela improcedência da impugnação, mantendo-se a habilitação da empresa **IDS MEDICAL IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**

Dê-se ciência de todo o processado aos interessados.

Volta Redonda, 16 de junho de 2025.

Marco Aurélio Moreira Guimarães

Assessoria Jurídica SAHVR/HSJB

Mat. n.º 21.963

OAB/RJ-046.869